

Estudo propõe corredores até orla

A Subsecretaria de Meio Ambiente prepara um livro sobre o Lago Paranoá no qual propõe a normatização do uso da orla. A proposta prevê a criação de acessos coletivos, mas sugere, também, a regulamentação definitiva das ocupações de áreas públicas — pontas de picolé.

Entre as medidas, está a abertura de corredores entre os conjuntos residenciais dos lagos Sul e Norte. As passagens teriam quatro metros de largura e serviriam como entrada dos moradores de cada conjunto no lago. Além disso, a subsecretaria pretende criar padrões para construção de píeres, marinas e muros de arrimo, de modo que as obras não prejudiquem o meio ambiente. “Hoje, tudo está irregular. Queremos abrir o debate para resolver a questão do ponto de vista da democratização do lago e das ocupações de áreas públicas”, justifica Fernando Fonseca.

Mas a proposta está longe da

Jefferson Rudy



CERCA IMPEDE ACESSO À BEIRA DO LAGO: LUCIO COSTA QUERIA PASSAGEM LIVRE

unanimidade entre moradores, especialistas e promotores. “Aparentemente, a idéia de abrir passagens para o lago é boa, mas a questão é mais complexa. Temos de saber se a medida não terá impacto sobre o meio ambiente e avaliar a proposta de le-

galizar as ocupações de áreas públicas”, avisa a promotora Ana Luíza Leão Osório, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística.

A prefeita comunitária do Lago Sul, Edllamar Batista, exige que a proposta seja debatida com a co-

munidade. “Pode ser bom, mas temos de ter a garantia de que essas aberturas serão bem cuidadas e seguras”, defende. A secretária de Meio Ambiente da prefeitura comunitária do Lago Norte, Dolores Pierson, por sua vez, alerta para a possibilidade de regularização de ocupações de áreas públicas. “O governo não tem de regularizar nada. Tem de fiscalizar e punir quem ocupa e constrói às margens do lago”.

A intenção da Subsecretaria do Meio Ambiente é lançar o livro em dois meses. A partir daí, a proposta seria transformada em projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Legislativa. Em outra frente, o Conselho Técnico de Preservação de Brasília e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano planejam preparar um estudo para tornar mais rígidas as normas do Setor de Clubes Esportivos.

■ COLABOROU VALÉRIA FEITOZA